**EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS IMPLEMENTADAS PELO SUS**

**EFFECTIVENESS OF BRAZILIAN PUBLIC POLICIES IN REDUCING INFANT MORTALITY: AN ANALYSIS OF STRATEGIES IMPLEMENTED BY SUS**

**EIXO TEMÁTICO:** Estratégias para a redução da mortalidade infantil

**Maria Edneide Barbosa dos Santos**

 Graduanda em Enfermagem pela Universidade Maurício de Nassau - UNINASSAU FORTALEZA, Fortaleza, CE

**Ana Beatriz Alvarenga Schafer**

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos - UNICEPLAC, Gama - DF

**Ellany Jezilly da Silva Medeiros Lima**

Graduanda em Fisioterapia pelo Centro Universidade Santa Maria - UNIFSM

**Elize Júlia Feitosa Sampaio**

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário do Planalto Central Apparecido dos Santos - UNICEPLAC, Gama - DF

**Jhuly Kethlyn Santana de Carvalho**

Graduanda em Enfermagem pela Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS

**Marcus Vinícius Ribeiro Ferreira**

Biólogo, Doutor em Fisiologia pela Universidade de São Paulo - USP

**Francyanne Rita Matos da Silva**

Graduanda em Medicina pela Universidade federal do Acre

**Bárbara de Abreu Albuquerque**

Graduanda em Enfermagem pela Unifacol - Centro Universitário Facol - Vitória de Santo Antão, PE

**Maria Fernanda Viana Araújo**

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal - UNIPLAN, Maranhão

**Antonio Alves de Fontes-Junior**

Doutorando em Ciências da Saúde pela Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL, São Paulo, SP

**E-mail do autor:** **edneideenfermeira.idosos@yahoo.com**

**RESUMO**

A mortalidade infantil é um dos principais indicadores de desenvolvimento de um país e reflete diretamente as condições de vida da população. No Brasil, nas últimas décadas, houve avanços significativos na redução dessa taxa, impulsionados por políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil. Este estudo objetiva analisar as estratégias implementadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como a Estratégia Saúde da Família e a Rede Cegonha, e sua efetividade na redução da mortalidade infantil entre os anos de 2013 e 2023. Utilizou-se uma revisão integrativa da literatura como metodologia, fundamentada na seguinte pergunta norteadora: “Quais estratégias implementadas pelo SUS têm contribuído para a redução da mortalidade infantil no Brasil?” Com busca nas bases SciELO, LILACS e PubMed, resultando na seleção de 28 artigos científicos, dos quais 12 foram utilizados na escrita do trabalho. Utilizou-se os Descritores (DeCS/MeSH): “atenção primária; mortalidade infantil; políticas públicas; Sistema Único de Saúde.” Como critérios de inclusão, foram utilizados estudos disponíveis na íntegra nos idiomas português, inglês e espanhol, com foco em estratégias públicas brasileiras voltadas à saúde infantil. Critérios de exclusão foram estudos duplicados, artigos sem texto completo e pesquisas com foco exclusivo em países estrangeiros. Os resultados mostram que o fortalecimento da atenção primária à saúde, o acesso ao pré-natal e ao parto humanizado, bem como a intersetorialidade das ações, foram fatores fundamentais para a melhoria dos indicadores. Conclui-se que as estratégias públicas têm sido efetivas, mas exigem continuidade, investimento e aperfeiçoamento para garantir a equidade em todas as regiões do país.

**Palavras-Chaves:** atenção primária; mortalidade infantil; políticas públicas; Sistema Único de Saúde.

**ABSTRACT**

Infant mortality is one of the main indicators of a country's development and directly reflects the population's living conditions. In recent decades, Brazil has made significant progress in reducing this rate, driven by public policies focused on maternal and child health. This study aims to analyze the strategies implemented by the Unified Health System (SUS), such as the Family Health Strategy and the Stork Network, and their effectiveness in reducing infant mortality between 2013 and 2023. An integrative literature review was used as a methodology, based on the following guiding question: “What strategies implemented by the SUS have contributed to reducing infant mortality in Brazil?”, with searches in the SciELO, LILACS and PubMed databases, resulting in the selection of 28 scientific articles, of these, 12 were part of the writing of the work. The following Descriptors (DeCS/MeSH) were used: “primary care; infant mortality; public policies; Unified Health System”. As inclusion criteria, studies available in full in Portuguese, English and Spanish, focusing on Brazilian public strategies aimed at child health, were used. Exclusion criteria were duplicate studies, articles without full text and research with an exclusive focus on foreign countries. The results show that strengthening primary health care, access to prenatal care and humanized childbirth, as well as the intersectoral nature of actions, were fundamental factors for improving the indicators. It is concluded that public strategies have been effective, but require continuity, investment and improvement to guarantee equity in all regions of the country.

**Keywords:** primary care; infant mortality; public policies; Unified Health System.

INTRODUÇÃO

A mortalidade infantil é um dos principais indicadores da saúde pública e do desenvolvimento socioeconômico de uma nação. Trata-se do número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade a cada mil nascidos vivos, refletindo diretamente as condições de vida, a qualidade dos serviços de saúde e a efetividade das políticas públicas implementadas. No Brasil, esse indicador vem apresentando uma trajetória de queda nas últimas décadas, resultado de múltiplas ações intersetoriais, avanços no acesso à saúde e programas sociais voltados à primeira infância (Picoli *et al.,* 2019).

Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988, o país estruturou uma rede pública universal de atendimento que tem como um de seus pilares a atenção primária à saúde. Este modelo permite um contato direto, contínuo e resolutivo com a população, especialmente por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), que se mostrou fundamental na redução das taxas de mortalidade infantil ao atuar de forma preventiva e educativa junto às comunidades mais vulneráveis (Macinko *et al.,* 2017).

Entre as estratégias mais relevantes implementadas pelo SUS estão a Rede Cegonha, que busca garantir uma atenção integral à saúde da mulher e da criança desde o pré-natal até os dois primeiros anos de vida do bebê, e os programas de imunização e suplementação alimentar, que têm papel crucial na prevenção de doenças evitáveis e na promoção da saúde infantil (Brasil, 2022). Essas ações, quando articuladas com programas sociais como o Bolsa Família, potencializam os impactos positivos na redução da mortalidade infantil.

É imprescindível destacar o papel da educação em saúde como um componente transversal das políticas públicas. O empoderamento das mães e famílias quanto aos cuidados com os recém-nascidos, o reconhecimento precoce de sinais de risco e a adesão ao calendário vacinal são fatores determinantes para a redução da mortalidade. Assim, a atuação dos profissionais da atenção primária vai além da assistência clínica, abrangendo também atividades educativas e comunitárias (Silva *et al.*, 2023).

Outro fator relevante é a melhoria na coleta e na qualidade dos dados sobre mortalidade infantil, que permite a construção de diagnósticos mais precisos, o planejamento de ações direcionadas e o monitoramento contínuo dos resultados. A utilização de sistemas de informação como o SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) e o SINASC (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos) tem contribuído significativamente para esse processo (Picolli, Cazola e Nascimento, 2019).

Diante desse panorama, torna-se essencial refletir criticamente sobre as políticas públicas brasileiras voltadas à saúde infantil, avaliando seus resultados, seus pontos fortes e suas fragilidades. É a partir dessa análise que se pode propor melhorias, garantir a continuidade das ações bem-sucedidas e direcionar recursos para onde eles são mais necessários, com o objetivo de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento pleno das crianças brasileiras (Careti, Scarpelini e Furtado, 2014).

O presente estudo tem como principal objetivo analisar a efetividade das políticas públicas implementadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na redução da mortalidade infantil no Brasil, no período compreendido entre os anos de 2014 e 2024. Essa análise busca compreender os mecanismos, estratégias e intervenções que resultaram em melhorias nos indicadores de saúde infantil, assim como identificar os fatores limitantes que ainda dificultam o alcance de uma equidade nacional nesse campo.

METODOLOGIA

 Este estudo adotou como método a revisão integrativa da literatura, uma abordagem sistemática que permite reunir, analisar e sintetizar resultados de pesquisas anteriores sobre um determinado tema (Mendes, Silveira e Galvão, 2009), contribuindo para a construção de um panorama amplo e fundamentado sobre a efetividade das políticas públicas brasileiras voltadas à redução da mortalidade infantil.

 A definição da pergunta norteadora é etapa central na construção da revisão integrativa. Neste estudo, a questão foi formulada nos seguintes termos: “Quais estratégias implementadas pelo SUS têm contribuído para a redução da mortalidade infantil no Brasil entre os anos de 2014 e 2024?”. A escolha deste recorte temporal considera os dez anos mais recentes, possibilitando uma análise atualizada, especialmente após o impacto da pandemia de COVID-19 nos indicadores de saúde pública.

 A busca dos estudos foi realizada nas bases de dados científicas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e PubMed (base internacional em ciências biomédicas). Estas bases foram selecionadas por sua ampla cobertura de publicações relevantes na área da saúde coletiva e por oferecerem acesso a produções científicas nacionais e internacionais.

 Para a realização das buscas, foram utilizados os seguintes descritores, com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Headings* (MeSH): “atenção primária à saúde”; “mortalidade infantil”; “políticas públicas” e “SUS” Esses termos foram combinados por meio de operadores booleanos, como *AND e OR*, com o objetivo de abranger o maior número possível de estudos pertinentes, sem comprometer a especificidade da temática.

 Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos artigos foram: publicações disponíveis na íntegra, redigidas em português, inglês e espanhol, com foco em estratégias públicas brasileiras voltadas à saúde infantil, especialmente na perspectiva do SUS. Já os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, textos sem acesso completo, estudos com foco exclusivo em países estrangeiros ou com temáticas não relacionadas diretamente à mortalidade infantil ou políticas públicas.

 Após a aplicação dos critérios, foram selecionados 28 artigos científicos que atenderam aos requisitos da pesquisa, e após leitura e análise, 12 destes compuseram a escrita do trabalho. A leitura inicial dos títulos e resumos permitiu a triagem preliminar dos estudos. Em seguida, foi realizada a leitura integral dos artigos elegíveis, com atenção especial à metodologia, aos resultados apresentados e às conclusões.

 Os dados extraídos dos artigos foram organizados em um quadro sinótico, contendo as seguintes informações: autores, ano de publicação, tipo de estudo, objetivo e principais achados. Essa sistematização permitiu uma análise comparativa entre os diferentes estudos, identificando padrões de resultados e recorrências nas estratégias avaliadas como eficazes na redução da mortalidade infantil.

**Quadro 1: Análise dos Estudos sobre Políticas Públicas para a Redução da Mortalidade Infantil no Brasil**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| AUTOR E ANO | TIPO DO ESTUDO | OBJETIVO | METODOLOGIA | PRINCIPAIS ACHADOS |
| FERREIRA, G. S.; *et al.,* 2024 | Pesquisa descritiva, bibliográfica | Analisar fatores e estratégias para a redução da mortalidade infantil no Brasil | Revisão de literatura sobre variáveis relacionadas à mortalidade infantil e políticas públicas | A importância de programas de suplementação nutricional e de apoio ao aleitamento materno foi destacada como fundamental para prevenir a mortalidade infantil |
| LAUTHARTE, C. A. de S.; *et al.,* 2023 | Revisão integrativa de literatura | Investigar as causas da mortalidade infantil e possíveis estratégias de enfrentamento direcionadas à população materno-infantil | Revisão integrativa de literatura sobre fatores relacionados à mortalidade infantil e estratégias de enfrentamento | A pesquisa demonstrou que as estratégias do SUS têm sido eficazes, mas a redução da mortalidade infantil depende de mais investimentos e continuidade nas políticas públicas |
| SILVA DE SOUZA, D. R.; *et al.,* 2022 | Estudo ecológico, transversal | Avaliar a adesão das regiões do Brasil à Rede Cegonha associada à mortalidade materna e outros indicadores | Estudo ecológico, transversal sobre a adesão à Rede Cegonha e mortalidade materna | A adesão à Rede Cegonha tem impacto significativo na redução da mortalidade materna e melhoria nos indicadores de aleitamento materno |
| TINTO SILVA, J. F.; *et al.,* 2022 | Revisão integrativa de literatura | Analisar a trajetória histórica das políticas de saúde infantil no Brasil | Revisão integrativa sobre as causas da mortalidade infantil e as estratégias de enfrentamento | As políticas históricas no Brasil demonstraram uma melhoria nos índices de mortalidade infantil, mas com variações regionais |
| SILVA, L.B.R.A.; *et al.,* 2021 | Estudo qualitativo de análise documental | Avaliar a adesão à Rede Cegonha no Brasil associada à mortalidade materna e aos indicadores de aleitamento materno exclusivo e cobertura da Atenção Básica | Análise qualitativa dos processos de devolutiva da Rede Cegonha em maternidades | Identificou que a adesão à Rede Cegonha está fortemente associada à melhoria dos indicadores de mortalidade materna e aleitamento materno |
| PEREIRA, F. Z. *et al.,* 2021 | Estudo ecológico, descritivo e analítico | Relacionar as taxas de mortalidade infantil e as políticas públicas em saúde sob os ODS no Estado de Goiás | Estudo ecológico, descritivo e analítico com dados sobre a adesão à Rede Cegonha e mortalidade infantil | Evidenciou uma redução significativa da mortalidade materna associada à adesão à Rede Cegonha, com destaque para as regiões Sul e Sudeste |
| MARINHO, C.S.R.; FERREIRA, M. Ângela F., 2021 | Revisão narrativa | A evolução das políticas públicas para a redução da mortalidade infantil e menores de cinco anos no Brasil | Levantamento sobre as políticas públicas e programas de saúde e seus impactos na mortalidade infantil | Mostrou uma evolução das políticas públicas, mas a equidade na distribuição de recursos ainda é um desafio significativo para a redução das taxas de mortalidade |
| JUSTINO, D. C. P. *et al.,* 2019 | Revisão integrativa | Analisar a trajetória histórica das políticas de saúde infantil no Brasil | Análise histórica das políticas de saúde infantil no Brasil com foco nas taxas de mortalidade infantil | Revelei que as taxas de mortalidade infantil no Brasil têm diminuído, com variações regionais importantes, principalmente nas regiões Norte e Nordeste |
| BRANQUINHO, I. D., & LANZA, F. M., 2018 | Artigo de reflexão teórica | Descrever o processo de construção histórica das políticas de saúde da criança e a atuação do enfermeiro | Revisão integrativa da literatura sobre a evolução histórica das políticas públicas de saúde infantil | Discutiu os avanços e desafios da atuação da enfermagem nas políticas de saúde da criança, com destaque para a atenção primária |
| DOS SANTOS, G. X. G.; *et al.,* 2020 | Revisão integrativa de literatura | Analisar os impactos da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) nas taxas de mortalidade infantil | Revisão integrativa da literatura sobre os impactos da PNAB e a Estratégia de Saúde da Família (ESF) na redução da mortalidade infantil | A Estratégia Saúde da Família foi crucial na redução da mortalidade infantil, associada ao aumento da cobertura de Atenção Básica |
| SARTORELLI, A.P.; *et al.,* 2020 | Revisão integrativa de literatura | Identificar variáveis relacionadas à mortalidade infantil e discutir sua importância na promoção de ações e intervenções para a redução dos óbitos | Revisão integrativa de literatura com foco nas variáveis que afetam a mortalidade infantil e suas implicações em políticas públicas | A análise apontou a importância da educação em saúde e políticas de prevenção para reduzir a mortalidade infantil, com ênfase nas desigualdades regionais |
| ARAÚJO, C.M.M.O de.; *et al.*, 2021 | Revisão narrativa da literatura | Refletir e caracterizar as políticas públicas e programas de saúde e seus impactos na primeira infância | Reflexão crítica sobre as políticas públicas e programas de saúde voltados à primeira infância | Destacou as contribuições das políticas públicas na redução da mortalidade infantil, com foco nas estratégias de promoção de saúde e educação para as famílias |

**Fonte:** elaborada pelos autores

 Por fim, o rigor metodológico desta revisão foi garantido por meio da aplicação sistemática das etapas da revisão integrativa, conforme orientações de autores como Mendes, Silveira e Galvão (2008), respeitando os princípios da transparência, reprodutibilidade e ética na pesquisa científica. Dessa forma, acredita-se que os resultados desta investigação possam contribuir significativamente para a formulação de estratégias mais eficazes no enfrentamento da mortalidade infantil no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

 A análise dos 12 estudos revisados revela que as estratégias públicas implementadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) têm sido eficazes na redução da mortalidade infantil no Brasil, com destaque para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e a Rede Cegonha, que têm se mostrado essenciais para a melhoria dos indicadores de saúde infantil. Contudo, embora os avanços sejam claros, existem desafios consideráveis que ainda precisam ser superados para garantir a equidade e a efetividade dessas políticas, especialmente em regiões mais vulneráveis do país.

Entre os principais achados, destaca-se a Estratégia Saúde da Família (ESF), que foi identificada como um dos fatores determinantes na redução da mortalidade infantil. Estudos como os de Marinho e Ferreira (2021) e Dos Santos et al. (2020) indicam que municípios com alta cobertura da ESF, especialmente aqueles com cobertura acima de 70%, apresentam quedas significativas nas taxas de mortalidade infantil.

A ESF oferece acesso contínuo e preventivo aos serviços de saúde, especialmente para gestantes e crianças, por meio de visitas domiciliares e acompanhamento de crianças em risco, fatores essenciais para o diagnóstico precoce e a intervenção eficaz em casos de complicações. Os profissionais da ESF, por meio de uma abordagem multiprofissional, também têm se destacado na promoção de ações educativas sobre aleitamento materno, cuidados com recém-nascidos e prevenção de doenças (Silva *et al*., 2022; Pereira *et al.,* 2021). A atenção primária à saúde, garantida pela ESF, tem demonstrado resultados positivos, com redução significativa das taxas de mortalidade nas áreas mais vulneráveis.

Porém, a implementação da ESF não está isenta de desafios. A qualificação dos profissionais de saúde e a capacitação contínua são apontadas como fatores essenciais para a manutenção da eficácia dessa estratégia (Sartorelli *et al*., 2020). Além disso, a adesão das comunidades às orientações e ao cuidado preventivo é um processo gradual que depende da sensibilização das populações mais carentes e da melhoria no acesso a serviços de saúde.

Os estudos de Silva de Souza *et al*., (2022) e Tinto Silva *et al*., (2022) enfatizam a importância de uma estratégia regionalizada que se adapte às especificidades locais, sobretudo em áreas com difícil acesso a cuidados médicos.

A Rede Cegonha, instituída em 2011, é outro pilar fundamental na redução da mortalidade infantil no Brasil, especialmente no que diz respeito ao cuidado integral e humanizado das mulheres e crianças. Vários estudos, como os de Silva de Souza *et al.,* (2022) e Tinto Silva *et al*., (2022), apontam que os estados que investiram mais na implementação da Rede Cegonha apresentaram resultados mais positivos nos indicadores perinatais, com destaque para a redução das mortes neonatais evitáveis. A estratégia garante que as gestantes tenham acesso ao pré-natal, ao parto humanizado e ao acompanhamento pós-natal, todos fatores que contribuem para a melhora da saúde materno-infantil. No entanto, a implementação desigual da Rede Cegonha em diferentes regiões do país ainda representa um desafio. Regiões mais remotas e carentes enfrentam dificuldades estruturais e institucionais, o que limita o alcance pleno dessa política (Silva *et al.*, 2021).

Além disso, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), conforme mencionado por Branquinho e Lanza (2018) e Marinho e Ferreira (2021), tem sido um instrumento chave na prevenção de doenças infecciosas que contribuem para a mortalidade infantil, como pneumonia, hepatite B e meningite. O aumento da cobertura vacinal, com novas vacinas introduzidas no calendário nacional, tem mostrado grandes avanços na redução da mortalidade infantil por causas evitáveis. A distribuição de suplementos nutricionais como vitamina A e ferro, além de campanhas de aleitamento materno, têm complementado as ações preventivas, reduzindo o risco de complicações fatais em crianças menores de um ano (Pereira *et al.*, 2021).

A qualidade dos dados sobre mortalidade infantil e o monitoramento constante das políticas de saúde pública também são temas recorrentes nos estudos revisados. A utilização de sistemas como o SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade) e o SINASC (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos) tem contribuído para avaliações mais precisas dos fatores que influenciam a mortalidade infantil e para o planejamento das intervenções (Tinto Silva *et al*., 2022). No entanto, alguns estudos alertam para a subnotificação de dados, especialmente em regiões mais isoladas, o que dificulta o planejamento de políticas mais eficazes e a alocação de recursos adequados (Dos Santos *et al*., 2020).

Outro ponto crítico observado é a desigualdade regional na implementação das políticas públicas de saúde. Apesar dos avanços nas taxas nacionais de mortalidade infantil, regiões como o Norte e o Nordeste continuam apresentando taxas mais altas de mortalidade infantil, o que evidencia a necessidade de políticas de saúde mais equitativas. A distribuição desigual dos recursos e as dificuldades de acesso a cuidados médicos em áreas mais vulneráveis permanecem como um obstáculo significativo. Como apontado por Silva *et al.,* (2021) e Justino *et al.,* (2019), a regionalização das políticas de saúde e o fortalecimento da infraestrutura local são essenciais para garantir que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos serviços de saúde, independentemente da região.

Em conclusão, os achados dos estudos revisados indicam que as estratégias implementadas pelo SUS têm gerado resultados positivos na redução da mortalidade infantil, mas a efetividade das políticas públicas ainda depende de uma série de ajustes regionais, investimentos adicionais e capacitação dos profissionais de saúde. A estratégia Saúde da Família, a Rede Cegonha, os programas de imunização e a suplementação nutricional têm sido instrumentos eficazes, mas ainda há desafios estruturais e desigualdades regionais que precisam ser enfrentados para garantir a equidade no acesso à saúde em todo o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

 Este estudo teve como objetivo analisar a efetividade das políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS) na redução da mortalidade infantil no Brasil, com ênfase na Estratégia Saúde da Família (ESF) e na Rede Cegonha. A partir da análise dos 12 estudos revisados, ficou claro que essas políticas têm gerado resultados positivos, contribuindo significativamente para a melhoria dos indicadores de saúde infantil. A Estratégia Saúde da Família, com o acompanhamento contínuo e preventivo das gestantes e crianças, e a Rede Cegonha, com seu foco em cuidado integral e humanizado, se destacam como estratégias chave na redução da mortalidade neonatal e perinatal.

No entanto, apesar dos avanços, ainda existem desafios importantes, como a desigualdade regional no acesso aos serviços de saúde. Regiões do Norte e Nordeste, por exemplo, continuam apresentando taxas de mortalidade infantil superiores à média nacional, evidenciando a necessidade de políticas de saúde mais adaptadas às realidades locais. A falta de infraestrutura de saúde e de capacitação contínua para os profissionais nas áreas mais carentes são obstáculos que precisam ser superados para garantir que todas as regiões do país se beneficiem de forma equitativa das estratégias implementadas.

Além disso, a qualidade dos dados sobre mortalidade infantil, como os fornecidos pelos sistemas SIM e SINASC, é fundamental para o monitoramento eficaz das políticas públicas. No entanto, a subnotificação de dados e as dificuldades de acesso a serviços nas regiões mais remotas ainda comprometem a precisão das avaliações e o planejamento de novas ações.

Em resposta à pergunta de pesquisa, conclui-se que as políticas implementadas pelo SUS, especialmente a Estratégia Saúde da Família e a Rede Cegonha, têm sido eficazes na redução da mortalidade infantil, mas exigem um fortalecimento contínuo. É essencial que o governo federal, em colaboração com os gestores estaduais e municipais, invista mais na capacitação profissional, infraestrutura de saúde e distribuição equitativa de recursos. Esses esforços são fundamentais para garantir igualdade no acesso à saúde e melhorar ainda mais os indicadores de saúde infantil no país.

Por fim, a análise dos resultados deste estudo aponta para a necessidade de novos estudos, que possam avaliar de maneira mais aprofundada as estratégias regionais de implementação das políticas públicas de saúde infantil, considerando as diversidades locais. A continuidade do monitoramento, aprimoramento das políticas existentes e a integração de novos dados serão essenciais para alcançar a redução total da mortalidade infantil no Brasil, especialmente nas regiões mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. M. M. O. de.; *et al*. Políticas Públicas e Os Primeiros Filhos: avanços, limites e desafios. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento** , [S. l.] , v. 12, pág. e171101220184, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.20184. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20184>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRANQUINHO, I. D. & LANZA, F. M. Saúde da criança na atenção primária: evolução das políticas brasileiras e a atuação do enfermeiro. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, [S. l.], v. 8, 2018. DOI: 10.19175/recom.v8i0.2753. Disponível em: <https://seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/2753>. Acesso em: 10 abr. 2025.

DOS SANTOS, G. X. G. *et al.* Impactos da política nacional de atenção básica nas taxas de mortalidade infantil sob a ótica da estratégia de saúde da família. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem,** v. 7, p. e5719, 26 dez. 2020. DOI <https://doi.org/10.25248/reaenf.e5719.2020>. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/5719>. Acesso em: 10 abr. 2025.

JUSTINO, D. C. P. *et al*. Analisar a Trajetória Histórica das Políticas de Saúde Infantil no Brasil Verificando as Tendências do Coeficiente de Mortalidade Infantil. **Revista Brasileira de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 931-940, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232021263.25782020. Disponível em: [https://www.scielosp.org/article/csc/2019.v26n3/931-940/#](https://www.scielosp.org/article/csc/2019.v26n3/931-940/). Acesso em: 14 abr. 2025.

LAUTHARTE, C. A. de S. *et al*. Investigando as Causas da Mortalidade Infantil e Possíveis Estratégias de Enfrentamento Direcionadas à População Materno-Infantil. **Revista Brasileira de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 3, p. 931-940, 2023. DOI: 10.1590/1413-81232021263.25782020. Disponível em: [https://www.scielosp.org/article/csc/2021.v26n3/931-940/#](https://www.scielosp.org/article/csc/2021.v26n3/931-940/). Acesso em: 13 abr. 2025.

MACINKO, James *et al*. Primary care and multimorbidity in six Latin American and Caribbean countries. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 43, p. e82, 2019. DOI: 10.26633/RPSP.2019.8. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/49746/v43e82019.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 14 abr. 2025.

PEREIRA, F. Z. *et al*. Mortalidade Infantil e sua relação com as políticas públicas em saúde sob o olhar dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado de Goiás. **Revista Brasileira de Revisão de Saúde** , [S. l.] , v. 1, pág. 3331–3348, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n1-262. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/24957>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SILVA DE SOUZA, D. R.; *et al.* Associação Da Adesão Das Regiões Do Brasil À Rede Cegonha Com A Mortalidade Materna E Outros Indicadores De Saúde. **Revista Ciência Plural,** [S. l.], v. 8, n. 2, p. 1–16, 2022. DOI: 10.21680/2446-7286.2022v8n2ID26632. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/26632>. Acesso em: 10 abr. 2025.

TINTO SILVA, J. F.; *et al.* Avanços e desafios na gestão e implementação da rede cegonha no Brasil. **Revista de Casos e Consultoria**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e13128768, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/28768>. Acesso em: 13 abr. 2025.